

IAOD do Deputado Zheng Anting em 20.06.2016

Senhor Presidentes,
Caros Colegas,

Vários mediadores e agentes do sector imobiliário entendem que os procedimentos administrativos para renovar a respectiva licença são complexos, e que algumas disposições da Lei n.º 16/2012 (Lei da actividade de mediação imobiliária) e a sua execução são irracionais, sentindo que o seu espaço de sobrevivência está a ser “suprimido”.

Por exemplo, o que mais incomoda o sector é a entrega do “diploma do ensino secundário complementar” para a concessão e renovação da licença, e entendem que há burocracia por parte das autoridades. Segundo a Lei da actividade de mediação imobiliária, para requerer a licença de agente imobiliário, é necessário apresentar ao Instituto de Habitação (IH) o documento comprovativo da conclusão com aproveitamento do ensino secundário complementar. As autoridades afirmaram: “se os requerentes não conseguirem entregar o diploma do ensino secundário complementar, mas tiverem habilitações mais elevadas, o IH também aceita que os requerentes entreguem esses diplomas” e “irá verificar se Macau reconhece estas habilitações ou a instituição de ensino superior não local, atendendo a cada caso, e se for necessário irá pedir informações junto das entidades competentes”. Mas “o superior diz uma, os subordinados fazem outra”. Segundo vários operadores do sector, ao entregarem os formulários do pedido e os documentos comprovativos, mesmo apresentando documentos de habilitações mais elevadas ou até universitárias, os funcionários insistem na entrega do referido diploma do secundário; e se o extraviaram ou por outros motivos não o conseguem entregar, exigem que vão à respectiva escola pedir novamente o tal diploma ou documento comprovativo. Os documentos entregues para pedir a licença ou para a renovação desta são repetidos, tratando-se de um processo burocrático, e o sector questiona se há clareza nas instruções internas das autoridades.

Outras situações que deixam os profissionais do sector perplexos são a renovação de 3 em 3 anos das licenças de mediador e agente imobiliário, e a apresentação dos respectivos requerimentos para a renovação junto do IH, nos últimos três meses do prazo de validade da licença. Segundo alguns profissionais do sector, a maior parte dos interessados apresenta os seus requerimentos com uma antecedência de 3 meses ou até meio ano, por forma a evitar que a autoridade receba grande número de requerimentos ao mesmo tempo, e que a sua eficácia administrativa e a emissão atempada de novas licenças sejam prejudicadas. Mas o novo prazo de validade conta-se a partir da data da emissão da nova licença, e essa data muitas vezes antecede a da caducidade da licença original. Assim, o tempo de utilização da licença paga para 3 anos foi encurtado, o

que é irracional.

Essas situações e questões constituem incómodos e inconveniências para os mediadores e agentes imobiliários, e acredita-se que isto não é o que o Governo pretende. Espero que o Governo reveja e actualize atempadamente as respectivas leis e regulamentos administrativos; adopte medidas que facilitem a vida dos cidadãos, aproveitando, por exemplo, os serviços electrónicos para optimizar os procedimentos administrativos; evite exigir a apresentação repetitiva dos mesmos documentos; e eleve a eficácia administrativa, por forma a apoiar o desenvolvimento contínuo e saudável das actividades profissionais da mediação imobiliária.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 20.06.2016

Reporta a imprensa que “segundo os dados divulgados há dias pelo Departamento de Trânsito da PSP, emitiram os assistentes de trânsito apenas num mês cerca de 6700 recomendações em 23 paragens de autocarro, por transgressões cometidas por automobilistas que estacionaram as suas viaturas junto às paragens, obrigando os autocarros a tomar e a largar os passageiros no meio da rua. Esses agentes não dispõem de poderes de autoridade, por isso estima-se que o seu número exceda muito o registado, o que nos leva a lamentar que, afinal, os engarrafamentos se devem a alguns automobilistas que estacionam as viaturas junto das paragens, uma transgressão, segundo a actual legislação, sujeita a uma multa de 300 a 600 patacas. Porque os assistentes de trânsito não dispõem de poderes de autoridade, só efectuam recomendações, sem poderem autuar, o que reduz os efeitos dissuasores”.

Assim, a nossa equipa deslocou-se a uma paragem de autocarros para se inteirar da real situação. Em resultado, a situação estava tal e qual como a imprensa descrevia, pois alguns automobilistas estavam com o carro estacionado na paragem de autocarros, obrigando estes a tomar e a largar os passageiros no meio da rua, o que não só traz inconveniências para os residentes, especialmente para os deficientes, mas também para o autocarro concluir a tomada e largada de passageiros. Se as ruas são estreitas, quando o autocarro faz a manobra para sair da paragem causa um grande engarrafamento e disturba a ordem do trânsito.

Segundo alguns especialistas e residentes, com o aumento contínuo do número de veículos motorizados, as vias estreitas passaram a ficar mais congestionadas. Os condutores também não cumprem as regras de trânsito, estacionando à toa o seu carro nas paragens de autocarros, o que afecta o funcionamento normal do sistema de transporte público, a sua eficácia e a utilização dos autocarros por parte da população, prejudicando o rápido desenvolvimento económico de Macau. Para combater o problema de estacionamento ilegal de veículos nas paragens de autocarros, o Governo já instalou um sistema de videovigilância para identificar e multar os infractores. Mas, mesmo assim, na realidade, há condutores que não foram identificados nem multados, portanto, é difícil pôr cobro às situações existentes.

Conforme as sugestões de alguns académicos, especialistas e cidadãos, a fim de melhorar o trânsito de Macau, para além de regularizar o ordenamento do estacionamento, controlar o número de veículos e aperfeiçoar os transportes públicos e as infra-estruturas, o Governo deve reforçar a execução da lei por parte dos agentes policiais e os efeitos dissuasores quanto ao estacionamento ilegal, aperfeiçoar o sistema de câmaras de videovigilância e aumentar a taxa de cobertura deste sistema. Mais, deve ainda reforçar a consciência dos condutores

quanto ao cumprimento das regras de trânsito, para que as cumpram proactivamente, evitando, assim, o estacionamento ilegal. As situações caóticas relativas ao trânsito só podem ser aperfeiçoadas desde que o Governo tenha a determinação de combater as infracções, e os condutores prestem o seu apoio e colaboração.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Cheang Chi Keong em 20.06.2016

O “conceber de vários novos produtos turísticos” é uma acção governativa prioritária do corrente ano do domínio do Turismo. Passou-se meio ano, aquando do aumento de novos elementos turísticos e do elevar da atractividade de Macau, e o Governo e os sectores profissionais lançaram vários produtos turísticos inovadores, tais como: o “Festival de Luz”, o “Rubber Duck”, a exposição “Living Dinosaurs”, o ciclismo aquático do “Anim’Arte NAM VAN”, e as actividades de lazer, turísticas, culturais e criativas etc., o que demonstra os esforços envidados, e a sociedade até fez uma avaliação positiva. No próximo mês de Julho, temos ainda a “Exposição do 25.º Aniversário de ‘Chibi Maruko Chan Animation’”, e em Agosto, o grande encontro de mestres da arte marcial Wushu, etc. Acredita-se que são actividades por que esperam os residentes e turistas.

Os novos projectos turísticos e de lazer temáticos lançados nos últimos meses revitalizaram a cidade. Macau, enquanto cidade turística, tem de ter vitalidade e produtos turísticos inovadores. Mas, ao mesmo tempo, tem de ter elementos turísticos decorrentes da fusão dos elementos novos e antigos. Esperemos que o Governo continue a envidar esforços, e a criar e a explorar mais projectos novos, para enriquecer as características turísticas típicas de Macau.

O referido produto turístico concentra-se, principalmente, nos aspectos de divertimento e lazer, pois, para além do “Festival de Luz”, faltam às outras actividades uma atmosfera cultural humanista e o contexto histórico, não se conseguindo articular com os actuais recursos turísticos, sendo apenas projectos independentes. Se conseguirem uma coordenação com as características típicas de Macau, atrair os turistas a entrarem nos bairros comunitários, obtendo efeitos de triagem, vitalizando os bairros antigos e fortalecendo a economia, os resultados serão melhores.

No passado, reiterámos que o intercâmbio das culturas chinesa e ocidental há 400 anos, a existência de museus com características diversificadas e construções com misturas chinesa e ocidental, bem como os recursos turísticos abundantes do “centro histórico” e a atmosfera cultural humanista são as bases de se construir Macau como “Centro Mundial de Turismo e de Lazer”. Ao explorar novos produtos turísticos, o Governo da RAEM, para além de prestar atenção aos aspectos de diversão e lazer, deve ainda estabelecer uma coordenação entre as características históricas típicas de Macau e os recursos culturais, bem como aproveitar os 400 anos das culturas chinesa e ocidental, criando produtos turísticos auxiliares.

Macau pode tomar como referência o que muitos lugares no Interior da China estão a fazer, oferecendo como produto turístico a recriação de cenas históricas para os turistas terem uma experiência da cultura própria local. Em Macau, cada *item* de património cultural, cada zona antiga e cada rua têm a sua história. Além disso, muitas personalidades históricas passaram por Macau, por exemplo, Xian Xinghai, Zheng Guanying, Ye Ting, Sun Zhongshan, Mateus Ricci, Lin Zexu, e muitos turistas e a população também têm interesse em conhecer mais sobre os acontecimentos destas personalidades em Macau. Assim, todos vão poder conhecer as ligações dessas personalidades a Macau através da recriação das suas histórias e até com iniciativas que descrevam aquilo que está nos museus, recriando-o nas ruas de Macau. Estas iniciativas podem trazer uma nova experiência para os turistas, ao contar-lhes a História de Macau e ao apresentar-lhes a cultural local de Macau.

Em termos de recursos turísticos, existem ainda em Macau muitas potencialidades que podem ser exploradas, não sendo difícil a exploração desses produtos ricos em cultura e em Histórica se forem adequadamente descobertos para serem criados os elementos turísticos próprios de Macau. Além disso, aquando da promoção do turismo, o Governo deve integrar os bairros antigos na oferta turística, canalizando os turistas a visitarem essas zonas e melhorando as instalações de apoio. Deste modo, as características próprias de Macau, tanto da Zona Histórica como da vertente cultural humanitária, podem ser rentabilizadas para a promoção turística e económica, no sentido da diversificação da economia de Macau.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 20.06.2016

No início deste mês, participei na 9.^a Conferência Estatal de Ciência e Tecnologia e, segundo o seu Presidente, Han Qide, há que “promover a criação de uma base offshore para empreendimentos em Hong Kong e Macau, e estudar novos modelos para talentos empreendedores das quatro regiões do estreito”. Actualmente, nos países e regiões mais avançados, o aspecto essencial de competição é o “empreendimento inovador e criativo”, por isso, o Governo, as empresas e as instituições académicas recorrem a meios inovadores para elevar as tecnologias, aperfeiçoar os produtos e aumentar a qualidade dos serviços, a fim de alcançar o objectivo do desenvolvimento sustentável. Assim, apresento algumas sugestões para estimular outras mais valiosas:

1. Aceitar ideias inovadoras

Se as condições ambientais urbanas são, ou não, adequadas para a inovação, isso deve-se à aceitação de ideias inovadoras pelos seus construtores, servidores e utentes. As ideias inovadoras não são “fazer castelos no ar”, pois baseiam-se na sabedoria dos antepassados e na essência das tradições e, acrescentando novas perspectivas, só assim é que é possível estimular novas ideias. Se Jack Ma, Mark Elliot Zuckerberg e Steven Paul Jobs tivessem recusado conhecer novas ideias, e só lessem notícias, recebessem e-mails e permanecessem na “época da internet de 56K”, então não existiam a Alibaba, o Facebook nem o IPhone. Portanto, só quando a sociedade aprende a aceitar novas coisas e ideias, é que anda à procura de inovação na vida quotidiana.

2. Aproveitar a tendência actual para ajustar regimes jurídicos

Têm sido muitos os trabalhos para a reforma jurídica, mas, mesmo assim, algumas leis dificilmente conseguem acompanhar a evolução das tecnologias, por exemplo, a Lei da Protecção de Dados Pessoais em 2005 em relação à Era do grande volume de dados, assim como o regime do direito de autor e direitos conexos de 2012 e a Era, em que já entrámos, de desfrute, através da rede de 4G, de obras audiovisuais. Porém, quando o País está a impulsionar a inovação do respectivo sector, Macau continua a aplicar o Regime Jurídico da Propriedade Industrial de 1999 (Decreto-lei nº 97/99/M de 13 de Dezembro) para tratar dos pedidos de patentes, entre outros. Por isso, Macau deve estudar os regimes jurídicos e os procedimentos administrativos conexos para contribuir para a inovação, por exemplo, Hong Kong criou o *Innovation and Technology Bureau*, que tem por objectivo promover a interacção entre o Governo, o sector em causa, as universidades e as Instituições, num ambiente com excelente qualidade de

suporte de *software* e *hardware*, para, com base nisto, promover o desenvolvimento conjunto e a inovação de tecnologias aplicadas. Convém citar Singapura, enquanto país que produz mais frutos tecnológicos *per capita* no mundo, que criou a *Agency for Science, Technology and Research* (A*STAR), que aplicou muitos esforços para formar instituições e talentos excelentes a nível mundial. Quanto a Macau, os trabalhos de inovação e o apoio concedido para a criação de negócios nesta área estão dispersos, portanto, sugere-se simplificar os procedimentos administrativos que favorecem as inovações e a reorganização dos recursos de diferentes partes, para criar espaços para os novos talentos a fim de desenvolver as suas capacidades. No que toca ao registo de patentes, apesar de não ser grande a procura, o certo é que a promoção do modelo de apreciação local destes pedidos deve conquistar maior predominância. Crê-se que isto poderá contribuir para o desenvolvimento de um novo modelo sinérgico entre os *offshores* de inovações e os respectivos talentos.

3. Criar um ambiente de tolerância

Até ao seu sucesso, o processo de inovação implica um certo nível de custo e risco. No entanto, este risco pode ser ainda maior, se se disser não à inovação. Por isso, Macau precisa de um ambiente que permita inovação e experimentação, para ultrapassar a estagnação do desenvolvimento que enfrenta neste momento. Entre as possíveis sugestões, destaca-se a de reavaliação da filosofia subjacente às políticas. Por exemplo, no âmbito do empreendedorismo juvenil, durante muitos anos, apenas a criação do primeiro negócio e o sócio maioritário são apoiados, o que está dissociado do espírito de persistência face a fracasso que os empresários e cientistas devem ter. Ainda, não foi introduzida a Macau a ideia de *crowdfunding*, que tem sido bem-sucedida no Interior da China, bem como a dos fundos de capital de risco, em funcionamento em todo o mundo há vários anos, por ser eficaz na repartição dos riscos. O resultado é que grande montante do erário público e do capital privado só partilha as consequências do fracasso, mas não os frutos do sucesso, deixando que pessoas com experiência e maior probabilidade de sucesso abandonem Macau.

Em suma, é necessário que Macau tenha um ambiente mais inteligente e inovador, para a prática de ideias inovadoras e formação de um grupo de pessoas com essas ideias. As pessoas de Macau necessitam de mudar de mentalidade e de pôr em prática ideias inovadoras. Espero que o Governo possa reavaliar as medidas de cariz jurídico e político, por forma a iniciar a inovação jurídica e apoiar a inovação política, e tornar Macau numa verdadeira cidade com condições ideais de vida, de trabalho, de mobilidade, de entretenimento e para ser visitada.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 20.06.2016

Existem em Macau muitas estradas esburacadas

Conversei com turistas de vários locais que vieram visitar Macau, e perguntei-lhes qual a impressão sobre Macau, e muitos referiram que “as estradas de Macau estão muito esburacadas, nomeadamente, na zona das Portas do Cerco, na avenida norte do hipódromo e na avenida da ponte da amizade, as estradas foram tapadas várias vezes e o piso não é plano”. À excepção da avenida da amizade que todos os anos se refaz o piso devido ao Grande Prémio de Macau, as outras estradas e ruas estão cheios de buracos, e mais os tampões das sarjetas, os veículos que passam nas estradas parecem que estão numa corrida com obstáculos; na avenida do COTAI é a mesma coisa, o piso não é plano, a maioria das ruas de Macau são estreitas e com muitas curvas, pelo que quem anda de carro parece que está a andar de montanha russa. Não percebo... Macau é um local abastado, porque é tão difícil ter pisos planos!

Há pouco tempo, um dos dirigentes do Governo quando veio à Assembleia Legislativa responder às interpelações orais respondeu que Macau tem muitas estradas esburacadas porque o leito de muitas as estradas estão danificados e a maioria é feita por asfalto. Efectuar apenas uma simples reparação na estrada, muito rapidamente esta fica novamente danificada. Sugeriu então que as estradas fossem feitas de betão armado, contudo, demora muito mais tempo a serem feitas e a população não vai gostar, e parece que o Governo está nesta situação da “doença das estradas” e não há nada a fazer. Tanto a população como a comunicação social já criticaram esta situação, pois sentem que os dirigentes estão a esquivar-se dos problemas e não têm sentido de responsabilidades.

A população de Macau, na sua maioria, é disciplinada e tolerante. Face à frequência das escavações e reparação das ruas, os residentes aguentam-nas. Não há cidadãos que se oponham às obras de escavação e reparação sem parar? Um ditado chinês diz: “é melhor sofrer dor a curto prazo, de modo a não ter que sofrer a longo prazo”. O bom exemplo da repavimentação da Avenida de Horta e Costa demonstrou a boa tolerância dos residentes e foi diferente do que os dirigentes referiram. Essa repavimentação não tem nada a ver com o sofrimento que os residentes conseguem aguentar ou não, mas sim com a responsabilidade na decisão tomada pelos dirigentes.

Normalmente, há dois materiais usados para o pavimento: um é o asfalto flexível, o outro é o betão. Com o primeiro, o custo de pavimentação e o ruído produzido são baixos, a circulação de veículos é confortável, o período de obras é curto e a sua utilização é ampla; o segundo tem aspectos contrários ao primeiro, sendo mais usado em secções específicas das ruas, mas tem boa fricção, é duradouro e tem um custo mais baixo na manutenção e reparação.

É por serem frequentes as escavações para o lançamento de condutas que as artérias urbanas de várias cidades estão repletas de tampas de galerias e de esgotos, razão pela qual as estradas são, na sua grande maioria, asfaltadas. Actualmente, não poucos troços de auto-estradas, tanto na China, como em Taiwan e no Japão, também são asfaltados. Algumas estradas no Japão abriram-se, após sucessivos abalos sísmicos, mas, como podemos observar, as estradas asfaltadas ficaram iletas. Para resolver o problema da permeabilização, no Japão e em Taiwan foi adoptado o sistema de “*porous asphalt concrete*” (asfaltado poroso concreto), que tem como característica a fácil e rápida absorção da água - quase 3 mil 330 litros por minuto, e cria uma maior aderência dos pneus ao pavimento em tempos de chuva, aumenta a segurança na condução e reduz o ruído provocado na circulação.

É inevitável para qualquer cidade a repavimentação das estradas. Os pavimentos de cimento ou de asfalto têm, cada qual, as suas vantagens e desvantagens. O problema que Macau enfrenta não se resolve com a opção de uma ou outra solução, pois qualquer um desses pavimentos também está sujeito a estragos. Tal como referem as autoridades “há sempre margem de melhoria quer em termos de prazo e qualidade das obras, quer em termos de divulgação de informações”. Como é que é feito o respectivo concurso público e quantas empresas estão aptas para assegurar a execução das obras? Como é feita a fiscalização para garantir, aperfeiçoar e elevar a qualidade das obras? Enquanto cidade turística que se pretende afirmar como centro mundial de turismo e de lazer, há que ter planos de repavimentação.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 20.06.2016

No Projecto do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, divulgado recentemente pelo Governo, está expresso que o Jogo é um dos pilares da indústria de Macau, sendo necessário, portanto, impulsionar o seu desenvolvimento saudável, pôr em exercício os seus efeitos de radiação, para impulsionar a diversificação sectorial de Macau, avançar para uma nova fase de o tornar “requintado e robusto” e “honesto e de qualidade”, e ainda, fazer um esforço para as receitas das actividades não-jogo dos concessionários subirem para 9 por cento em 2020. Concordo perfeitamente com este rumo de desenvolvimento para o Jogo.

Depois de um rápido desenvolvimento registado ao longo de vários anos, a economia de Macau entrou numa fase de profundo ajustamento, e agora é mesmo o momento oportuno para concretizar a diversificação sectorial e a optimização das estruturas sectoriais. Creio que as empresas concessionárias estão dispostas a concretizar o crescimento contínuo das receitas não-jogo, podendo contribuir não apenas para o seu desenvolvimento, como também para a estabilidade, o equilíbrio e o desenvolvimento sustentável de Macau ao nível socioeconómico. Só que o Governo deve também envidar esforços para facultar mais terrenos e melhorar o trânsito, bem como outras instalações físicas, ademais, deve ainda apoiar de forma equilibrada o sector do Jogo, no desenvolvimento dos elementos não-jogo, a fim de evitar que esse sector seja afectado pela atribuição injusta dos recursos durante o desenvolvimento daqueles elementos, a fim de poder manter a sua competitividade perante os países e regiões vizinhas.

Quanto aos recursos humanos, no Projecto sublinha-se ainda que se fará reduzir de forma contínua a percentagem de trabalhadores da indústria do jogo que não possuem o ensino superior para cerca de 76 por cento em 2020. Creio que isto ainda não é suficiente, e o Governo deve prestar orientações às empresas concessionárias para activarem os planos de formação destinados aos seus trabalhadores, incluindo a formação patriótica, a fim de mais trabalhadores residentes poderem assumir cargos superiores, assim como, oferecer mais oportunidades de aprendizagem e progressão aos trabalhadores das empresas concessionárias.

A par disso, o sector do jogo, enquanto um dos sectores pilares de Macau, deve assumir as devidas responsabilidades sociais. O mesmo está no caminho do amadurecimento depois do desenvolvimento rápido nestes últimos anos, e todas as concessionárias devem empregar esforços para diminuir os prejuízos sociais decorrentes do jogo compulsivo. O pôr em prática do jogo responsável pode contribuir para reduzir o impacto negativo do referido sector, a par de contribuir, a longo prazo, para o seu desenvolvimento sustentável e saudável. A Sociedade de Jogos de Macau, S. A. foi a primeira na implementação do jogo responsável,

criando assim, em 2006, O Centro de Consulta dos Jogadores de Azar Patológicos Yat On, com vista a suprir as deficiências de funções do Governo. Este Centro, desde a sua criação, tem prestado aconselhamento aos jogadores compulsivos e prevenido o agravamento dos problemas de jogo. Para além disso, este Centro formou um grupo de assistentes de aconselhamento reconhecido pelo Canadá, destinado à prestação de aconselhamento aos jogadores compulsivos, cujos resultados foram reconhecidos pela sociedade. Pelo exposto, o Governo deve considerar definir, de modo uniforme e concreto, os alvos relativos à assunção das responsabilidades sociais por parte das concessionárias do jogo, reforçando o investimento de recursos no sentido de as incentivar a cumprir o princípio “da sociedade e para sociedade”. Planeia-se assim, de mãos dadas, o programa do jogo responsável e o pô-lo em prática. Tudo isto vai contribuir para diminuir, plenamente, os prejuízos sociais decorrentes dos problemas de jogo, a par de impulsionar o desenvolvimento sustentável do sector do jogo e da sociedade em geral.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 20.06.2016

Desde a liberalização do jogo, surgiu uma grande mudança em Macau: de uma vila pequena de pescadores converteu-se numa cidade em foco que atrai por ano mais de 30 milhões de turistas de todo o mundo. Mas o aumento de visitantes fez soar o alarme para o desenvolvimento sustentável do sector do turismo. Assim, é preciso a colaboração do Governo e da sociedade para resolver a questão da capacidade de receber turistas e de transformar Macau numa cidade adequada para o turismo. Em comparação com as regiões vizinhas, os recursos turísticos de Macau são limitados e de um nível inferior, nomeadamente, os transportes terrestres e marítimos, e as instalações de lazer, portanto, é bem difícil criar novos elementos turísticos com os recursos existentes para fazer com que os turistas voltem. Nas zonas dos arredores, como em Coloane, embora haja paisagens naturais, terrenos húmidos e um estilo semelhante a uma vila de pescadores, são poucos os turistas que pretendem uma viagem natural e cultural. Assim, é de sugerir que o Governo comece por lá criar pontos turísticos especiais para atrair mais visitantes de diversos tipos.

Recentemente, o Governo manifestou a intenção de preservar os estaleiros navais de Coloane, aproveitando a actual localização para manter e dar continuidade à cultura da indústria da construção naval, bem como ao ambiente cultural e ao estilo da Vila de Coloane, o que é, de facto, viável para promover a cultura e o turismo. Mas, para que sejam alcançados os objectivos deste plano, isto é, a distribuição dos turistas e o aumento dos elementos turísticos, é necessário divulgar e aperfeiçoar o planeamento dos itinerários de visita. A área da Vila de Coloane é bastante pequena, mas, se conseguirem aproveitar bem as instalações da ponte-cais e a paisagem natural costeira, ou seja, construir um itinerário de viagem marítima entre a Península de Macau e a Ponte-Cais de Coloane, ou um percurso de passeio marginal na costa marítima para os turistas poderem apreciar Coloane de vários ângulos, tanto na vertente marítima como terrestre, combinado com um museu característico sobre a indústria de construção naval, para aumentar o tempo de estadia e entretenimento dos turistas, e para que os efeitos da sua distribuição resultem, finalmente. Por outro lado, a jurisdição sobre as tradicionais áreas marítimas permite que o Governo reúna condições para a ligação entre a pista de bicicletas da Zona de Lazer da Marginal da Taipa e a da Flor de Lótus, para além dos trilhos, possibilitando a passagem dos respectivos utentes entre a zona marginal da Taipa e Coloane. Isto, para além do alívio da pressão de trânsito, permite também que os cidadãos e turistas aproveitem essa oportunidade para apreciar a paisagem dos mangais em redor, criando assim, sob a forma de lazer, novos itinerários de visitas verdes. Isto poderá aumentar, eficazmente, as instalações complementares relativas aos passeios Taipa-Coloane.

Acredita-se que a promoção dos passeios naturais e da cultura característicos de Coloane vai atrair, de forma bem-sucedida, a atenção do público. Aquando da

optimização dos percursos turísticos, o Governo precisa ao mesmo tempo de aperfeiçoar as instalações públicas ao longo dos mesmos, tais como caramanchões e instalações sanitárias, para satisfazer as necessidades dos utentes. Além disso, se os visitantes exteriores enxamearem Coloane, enquanto uma das poucas zonas rurais que Macau possui, receia-se que possam causar inconvenientes aos seus residentes, ou até perturbar a tranquilidade de Coloane. Por isso, a obtenção dum consenso destes residentes e uma realização de plenas consultas serão elementos muito importantes. Espero que a decisão das autoridades seja tomada no pressuposto de encontrar um equilíbrio entre os interesses de todas as partes, e que, para além da introdução de elementos turísticos nas Ilhas, seja preservada a antiga imagem de vila piscatória.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 20.06.2016

Com o acelerado desenvolvimento social, tem-se registado o aumento de famílias em que ambos os pais necessitam de trabalhar fora de casa, portanto é bastante comum que contratem empregadas domésticas para cuidar dos idosos e das crianças. Segundo os dados da PSP, até finais de Março deste ano, em Macau havia 23 928 famílias com empregadas domésticas, mas continuam a existir muitas situações confusas no mercado destas empregadas, o que deixa a população bastante preocupada, e a sociedade tem vindo ao longo dos anos a pedir que seja regulada esta matéria, mas nada foi feito. A qualidade dessas empregadas é diferente, actuam propositadamente para serem despedidas por quererem mudar de emprego, não obedecendo às exigências estipuladas na entrevista, e são frequentes as situações de furto de bens do empregador e maus-tratos das crianças, resultando no aumento das divergências entre os empregadores e as empregadas domésticas.

Segundo os operadores, existem muitas pessoas de países do sudeste da Ásia portadoras de documento de viagem que vêm trabalhar em Macau, e estas normalmente recorrem a conterrâneos para arranjar emprego, e não são sujeitas a formação, portanto, a sua qualidade não é assegurada. O Decreto-Lei n.º 32/94/M, que regula as agências de emprego, tem duplos critérios para tratar os problemas em que os não residentes portadores de documentos de viagem vêm arranjar emprego em Macau, pois é legal que estes arranjam emprego por iniciativa própria ou através de empregadores, mas ilegal através de agências de emprego, e as pessoas levantam dúvidas quanto à sua razoabilidade. Para além de não ser possível regular eficazmente a qualidade e a estabilidade de trabalho dos trabalhadores não residentes, isto afecta a exploração das agências de emprego.

Prevê-se na lei que “finda a relação laboral, deve haver lugar, de imediato, ao repatriamento dos trabalhadores não residentes.” Mas muitas trabalhadoras domésticas continuam em Macau, depois da recepção dos bilhetes de avião, para procurarem emprego, perturbando assim o funcionamento normal do mercado e provocando perigo para a segurança pública. Como o regime da cooperação judiciária entre Macau e os países do sudeste asiático ainda não está madurecido e estão em falta os mecanismos regulamentadores de repatriamento, as trabalhadoras domésticas infractoras não podem ser sujeitas, num prazo curto, a repatriamento, e a baixa eficácia judiciária leva a parte patronal a ficar perturbada.

A resolução da situação caótica das trabalhadoras domésticas, o estabelecimento dos mecanismos da sua importação e repatriamento, e a fiscalização rigorosa do respectivo mercado têm sido exigidos pela Assembleia Legislativa (AL) e pelos diversos estratos sociais, e o Governo realçou que ia proceder à avaliação e revisão da lei. Mas está ainda em falta a respectiva calendarização. Mantêm-se graves os referidos problemas, o que tem impacto sobre os empregadores e as agências de emprego, pondo ainda em causa a segurança pública e a vida da população.

Proponho ao Governo que considere colaborar com as PME na formação das trabalhadoras domésticas, o que vai contribuir para fixar os requisitos para a sua importação e o aumento da qualidade dos mesmos. Há ainda que proceder, quanto antes, à revisão dos respectivos diplomas legais para colmatar as diversas lacunas, salvaguardar a estabilidade ao nível da qualidade das trabalhadoras domésticas e melhorar o sistema de fiscalização do respectivo mercado, em prol da criação de um ambiente saudável, favorável ao desenvolvimento das agências de emprego. Proponho ao Governo que mantenha contacto estreito com o consulado de vários países em Hong Kong e Macau, incluindo do Vietname, para reforçar a cooperação judiciária, acelerando a optimização dos processos de repatriamento da mão-de-obra infractora, no sentido de resolver a presente situação caótica.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 20.06.2016

É preciso que o Governo melhore o mecanismo de contingência para enfrentar desastres e elabore as respectivas medidas complementares

Macau é um território abençoado por Deus. Ao longo dos anos, não se registaram grandes desastres, às vezes é afectado por tufões, mas sem atingirem directamente o território, que resultam frequentemente em problemas de trânsito nas pontes e em inundações. Temos tido sorte, pois os tufões não têm atingido directamente o território, mas não podemos negligenciar os riscos existentes. Em particular, segundo especialistas, como em Julho deste ano vão simultaneamente acontecer os fenómenos El Niño e La Niña, situação rara, é possível surgirem grandes inundações e “super tufões”. O Escritório Estatal de Controle de Inundações e Secas reiterou a grande possibilidade de haver grandes inundações e “super tufões”. Na semana passada, o governo da província de Hubei procedeu a um censo dos habitantes da zona de Jingjiang, na eventualidade de haver inundações e de terem de desviar os habitantes, o que não acontece há 62 anos. Mais, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (DSMG) prevê que o fenómeno El Niño vai tornar os tufões mais destrutivos e que cinco tempestades tropicais vão afectar Macau este ano, entre as quais, duas mais fortes.

O Governo dá sempre grande atenção à prevenção de tufões, portanto, criou o Gabinete Coordenador de Segurança, ao qual compete realizar actividades de protecção civil em situações de calamidades, incluindo os tufões, e definir medidas preventivas para os diferentes sinais destes. A DSMG também criou o regime de avisos de tufões, para, atempadamente, divulgar aos residentes as respectivas informações. O Governo criou ainda, em conjunto com o governo da Província de Guangdong, o “Grupo de trabalho para o mecanismo de comunicação e a partilha de informações entre Guangdong e Macau”, concretizando-se, assim, a cooperação regional no âmbito da prevenção de calamidades.

Contudo, há ainda espaço para melhoria quanto à criação de um mecanismo de resposta por diferentes graus de calamidades, e do respectivo sistema e planos. Por exemplo, desde o Retorno à Pátria, como nunca foi içado o sinal n.º 10, nunca foram criados abrigos em caso de desastres naturais nem planos para evacuação dos residentes; não houve acções de divulgação ou ensaios suficientes, portanto, os residentes não têm a capacidade, perante calamidades, de se salvar e de salvar outros. Tendo em conta a situação especial que se verifica este ano, e para elevar a capacidade da cidade de responder às calamidades, sugiro o seguinte:

1. Melhorar o mecanismo de classificação de catástrofes, definir

expressamente as responsabilidades, em diferentes tipos e níveis de catástrofes, dos serviços públicos e das instituições comunitárias, e aperfeiçoar os respectivos planos de contingência.

2. Criar abrigos de emergência suficientes, preparar instalações equipadas de auto-ajuda e ajuda mútua, estabelecer um sistema comunitário de contingência de ajuda mútua, reforçar os planos de contingência preventivos de catástrofes e elevar a capacidade de auto-ajuda dos cidadãos.

3. Estabelecer um mecanismo inteligente de prevenção, previsão e contingência de catástrofes, criar um software de telemóvel com funções de divulgação de informações e de pedidos de ajuda em emergência, e definir expressamente as rotas de evacuação em diferentes catástrofes, fornecendo soluções de apoio atempadas de prevenção e meios de resposta.

IAOD da Deputada Chan Hong em 20.06.2016

É pela importância dada à construção das equipas de pessoal docente, que o Governo promulgou em 2012 o “*Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior*”, ficando assim criadas as bases legais para o desenvolvimento profissional e para a salvaguarda da profissão. A sua implementação tem decorrido sem sobressaltos, ao longo destes quatro anos, e elevaram-se as aptidões profissionais. Contudo, há ainda margem para melhoria, por exemplo, a promulgação do regulamento administrativo sobre o regime de desenvolvimento profissional e sobre o regime de previdência.

Participei há dias num simpósio sobre o “Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020)”, organizado pelas associações educativas, e tive a oportunidade de trocar opiniões com o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, aproveitando esta oportunidade para lhe reflectir as preocupações do pessoal docente e do sector da educação relativamente ao regime de previdência, esperando que esta matéria seja integrada nesse mesmo Plano. Hoje em dia, quase todas as escolas dispõem do seu próprio fundo de previdência, contribuindo a escola e os professores, mensalmente, com um determinado montante. Por ser baixo o valor das contribuições, é limitado o rendimento a obter pelo professor, quando se aposentar. Para atrair jovens a singrarem nessa carreira e a dedicarem a sua vida à educação, devem as autoridades adoptar mais medidas de incentivo, nomeadamente, a atribuição de recursos para apoiar as escolas a elevarem a percentagem dos descontos para as contribuições.

No ano lectivo de 2014/2015, eram 3 mil 623 os professores do ensino não superior com menos de 40 anos de idade, o que corresponde a 63,2 por cento do total dos professores, ou seja, a principal força para fomentar a reforma educativa e formar talentos adequados ao desenvolvimento socioeconómico. Para atrair quadros de alta competência e capacidade para ingressarem nas fileiras de professores, há toda a necessidade de o Governo definir um conjunto de medidas, nomeadamente, para elevar o nível de qualidade dos cursos de magistério e incentivar os jovens a tirarem, após a conclusão do curso secundário complementar, esses mesmos cursos. Criou a Direcção dos Serviços de Educação, no ano lectivo de 2012/2013, o “*Programa de Apoio à Frequência de Cursos Educativos por Excelência*”, tendo atraído vários alunos. Espero que o Governo dê mais um passo para optimizar esse programa, de modo a formar os professores de que a sociedade carece, colmatando assim as faltas.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 20.06.2016

Nos últimos dez anos, tem-se registado uma maior procura por habitações públicas, assim como a insatisfação da população pelos atrasos dos serviços competentes no planeamento, construção e conclusão do projecto, ou na atribuição das fracções autónomas. O que é mais difícil de compreender é o facto de 19 mil candidatos a habitações económicas ainda não saberem quando lhes será atribuída uma fracção autónoma! O Edifício Cheng I é um dos exemplos relacionados com o problema desses 19 mil candidatos. O projecto foi iniciado no terceiro trimestre de 2011 e o Governo prometeu que estaria concluído em finais de 2012, por isso, os candidatos começaram a escolha das fracções autónomas em finais de 2012. Depois foi anunciado o adiamento da conclusão do projecto para meados de 2014, mas, quando se chegou a meados de 2014, estavam construídos apenas alguns andares do edifício. Na resposta a uma interpelação minha sobre o assunto, o Governo afirmou que o projecto ia terminar no ano passado, mas apenas em inícios deste ano é que ficou pronto. Aqueles que compraram as habitações económicas deste edifício têm lamentado os sucessivos atrasos.

Nos inícios de Fevereiro deste ano, na reunião da Assembleia Legislativa para interpelações orais, o Governo revelou que estava a ser feita a vistoria ao Edifício Cheng I e que, depois de emitida a licença de ocupação, seria entregue ao Instituto de Habitação. Mas agora, já em finais de Junho, não há notícias sobre esse edifício, e os promitentes-compradores ainda não têm nenhum conhecimento sobre o projecto, mesmo depois de terem perguntado várias vezes. Afinal, o que é que aconteceu com esse projecto? Até agora, o Governo não deu nenhuma justificação. O Edifício Cheng I não é um caso isolado. Vários projectos relacionados com o plano de construção de 19 mil fracções autónomas deviam ter ficado concluídos no ano passado, mas o compromisso não foi cumprido e há atrasos diferentes na conclusão destes, e as obras de cobertura de alguns dos edifícios nem sequer estão concluídas.

O mais importante para os residentes é ter uma casa onde viver e um emprego, assim, o Governo deve responder às necessidades da população, esforçando-se por assegurar que os projectos de habitação pública estejam concluídos dentro do prazo estabelecido, e com qualidade. Nestes últimos anos, registaram-se sucessivos problemas com a qualidade das habitações públicas, e os atrasos da construção continuam por resolver, sendo lenta a distribuição para ocupação das fracções, e isto faz com que as pessoas duvidem da determinação do Governo em relação à construção de habitações públicas, deixando desesperados os agregados familiares de habitação económica que já celebraram escritura pública e os que estão à espera de uma habitação social, por terem de continuar a suportar elevadas rendas. Perante esta situação, os serviços competentes não podem escapar às responsabilidades.

O Governo deve, com determinação, tirar os devidos ensinamentos dos atrasos ocorridos nas diferentes fases, descobrir as insuficiências, estudar métodos de melhoria, imputar responsabilidades nos termos legais e adoptar as necessárias medidas para assegurar que os candidatos possam, quanto antes, ter acesso uma casa; o Governo deve prestar esclarecimentos regulares à sociedade sobre o ponto de situação dos projectos de habitação pública, dos atrasos e do calendário de ocupação das fracções, por forma a assegurar o direito à informação do público, e permitir que este e o Governo, em conjunto, fiscalizem os empreiteiros na execução das obras.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 20.06.2016

Com o aumento da população, a procura de terrenos para habitação tornou-se maior. Para manter a vitalidade e a qualidade de vida da cidade, é preciso haver terrenos para construir equipamentos sociais, mas Macau tem falta disso. Nos últimos dez anos, o Governo construiu muitas habitações públicas nas zonas da Ilha Verde e do Fai Chi Kei, entre as quais 3612 fracções estão ocupadas, 770 aguardam pela licença de habitação, e há ainda 3170 fracções de três projectos em construção que já estão na fase da cobertura, o que vai elevar a densidade demográfica dessas zonas.

As instalações complementares das zonas da Ilha Verde e do Fai Chi Kei, nomeadamente, escolares, médicas e de serviços sociais, são bastante deficientes, e a falta de instalações desportivas para estudantes e de espaços públicos de lazer para residentes tem vindo a ser um problema por resolver. Face à deslocação de famílias para essas zonas, se as instalações comunitárias não forem aumentadas e melhoradas, o problema em causa vai destacar-se ainda mais. Para tal, o Governo deve aproveitar o termo do contrato em regime de exclusivo das corridas de galgos e elaborar um plano de reutilização do respectivo terreno, a fim de permitir mais espaço para instalações comunitárias.

Nos últimos anos, o número de pessoas a apostar nas corridas de galgos diminuiu muito, havendo, assim, menos benefícios económicos e limitando as receitas do Governo. Aliás, os residentes têm estado à espera da concretização da saída do jogo para longe dos bairros comunitários, portanto, o Governo deve retirar essas corridas, por razões políticas, e ainda pelos benefícios económicos e necessidades da vida da população. Assim, não só pode aproveitar a parte desportiva das instalações, abrindo-a ao público durante todo o dia, mas também ter uma área de 17 000 metros quadrados para construir escolas e instalações de serviços sociais, o que vai aumentar os benefícios económicos e fornecer aos residentes instalações recreativas, desportivas, educacionais e de serviços sociais mais adequadas.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 20.06.2016

No presente ano, o 13.º Plano Quinquenal do País refere, essencialmente, os “princípios de inovação, coordenação, ecologia, abertura e partilha”. A inovação está logo em primeiro lugar, assim como se refere que “deve ser a moda de toda a sociedade”. Tendo em conta as estratégias do desenvolvimento do País, o plano de desenvolvimento quinquenal do Governo da RAEM também estabelece uma estratégia de *“intensificação do conceito de desenvolvimento por inovação e formar um esquema de cooperação para a inovação”*.

Actualmente, o desenvolvimento de Macau está no “gargalo da garrafa”, e a sociedade está sempre a discutir como é que podemos dispor de uma economia diversificada. A inovação é o primeiro passo do desenvolvimento e pode levar Macau a diversificar a sua economia e, assim, atingir um mecanismo sistemático e uma maior alteração do rumo do desenvolvimento. Pelo exposto, sou da opinião que a sociedade deve reflectir sobre os seguintes pontos para o novo rumo de desenvolvimento de Macau:

1. Definir uma posição na inovação do desenvolvimento da economia

A falta de capacidade inovadora afecta o desenvolvimento económico de Macau. Tendo em conta a situação complexa do desenvolvimento do País, e no exterior, Macau necessita ainda mais de inovação para o seu desenvolvimento. Só com inovação é que podemos promover o desenvolvimento estável da economia, atingindo assim sustentabilidade.

2. A sociedade de Macau tem um ambiente específico e vantagens para a inovação

A inovação e o desenvolvimento necessitam de um ambiente social e político estável. Sendo Macau um local onde se cruzam as culturas chinesa e portuguesa, e chinesa e ocidental, a sociedade tem um alto grau de tolerância, dispondo assim de um ambiente específico para a inovação, em especial, Macau dispõe de uma sociedade harmoniosa, e isso são elementos importantes para o desenvolvimento dos rebentos da inovação.

3. Esforço conjunto para promover a inovação

A inovação não deve ser um termo para ficar no papel, pois o conceito de desenvolvimento ligado à inovação deve ser concretizado e examinado com a prática. Assim, a inovação necessita de acções concretas e de determinação para a reforma por parte do Governo da RAEM e dos diversos sectores sociais.

Primeiro, através da inovação, o Governo deve ter o papel principal na criação

de uma nova dinâmica e de novos espaços para o desenvolvimento, assim como de um ambiente favorável para o desenvolvimento de novos mercados, e para o investimento e financiamento. Deve introduzir novos mecanismos para a formação de talentos, e promover a inovação através do sistema e meios jurídicos.

Segundo, o Governo deve continuar a reforçar as actuais vantagens de Macau nas vertentes do jogo em casino, do turismo, dos elementos além do jogo e das convenções, bem como, através da inovação, recuperar a confiança nas perspectivas económicas. Conjugando de forma interactiva e integrada as inovações no domínio da tecnologia, o Governo deve promover a criação de novas indústrias para surgirem novas oportunidades de desenvolvimento.

Finalmente, os jovens devem ser incentivados à inovação, com o seu vigor e coragem. Por isso, deve-se utilizar os mecanismos necessários para incentivar o desenvolvimento inovador e criativo dos jovens, no sentido de introduzir neles uma nova dinâmica do pensamento inovador.

4. Conclusões

Segundo um aforismo do livro “I Ching”: “A escassez é resolvida com a mudança, porque na mudança está a viabilidade que leva à sustentabilidade”. Assim como a reforma e a evolução constituem os elementos fundamentais do espírito do Povo Chinês, a sociedade de Macau não deve seguir as regras antigas ou ficar estagnada, mas, sim, ter a coragem para redescobrir o desenvolvimento na mudança.

“Quem muda encontra a viabilidade”, e a inovação e a reforma estão sempre em acção, por isso, apenas com a mudança e a transformação pragmática se consegue resolver os problemas do desenvolvimento, tal como abrir novos caminhos para o desenvolvimento e para a verdadeira diversificação económica de Macau.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 20.06.16

Sugestões para o reforço de recursos na atribuição de bolsas de mérito em estudos de pós-graduação

Ex.^{mo} Sr. Presidente,
Caros colegas:

Como incentivo para os residentes frequentarem o ensino superior, o Governo atribui uma variedade de bolsas de mérito para cursos de licenciatura e de pós-graduação, a fim de os jovens ficarem melhor preparados para efeitos de mobilidade ascendente. Mas, perante os montantes e o número de vagas para diferentes bolsas de mérito, é óbvio que o Governo apoia mais os estudantes dos cursos de licenciatura, portanto, há que reforçar o apoio dado aos estudantes de mestrado e doutoramento. Gostaria de apresentar algumas sugestões sobre a política de bolsas de mérito e bolsas de estudo para mestrados e doutoramentos:

Primeiro, optimizar a atribuição da bolsa de mérito para os estudos de pós-graduação através da criação de várias escalas. Actualmente, a “Bolsa de Mérito Especial”, atribuída pela Fundação Macau em colaboração com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), visa atribuir aos estudantes de licenciatura uma quantia que vai até 300 mil patacas por ano, se frequentarem qualquer curso nas universidades classificadas entre as 100 melhores do *ranking* mundial, ou cursos em áreas classificadas entre as 30 melhores deste *ranking*. Este apoio financeiro é renovável. Entretanto, o montante da bolsa de mérito para os estudos de pós-graduação é uniforme, isto é, independentemente do *ranking* da universidade, da sua localização e das propinas, a cada estudante beneficiário do curso de mestrado é atribuída uma quantia anual de 57 mil patacas, e esta bolsa dispõe de 100 vagas. Por seu turno, a bolsa para cursos de doutoramento dispõe de 20 vagas, com uma quantia anual de 79 mil patacas para cada uma. Proponho, então, ao Governo que faça reajustamentos na atribuição dessas bolsas, tendo como referência o actual modelo de financiamento dos estudantes dos cursos de licenciatura, nomeadamente, com a criação de escalas.

Segundo, criação de uma bolsa de estudo no exterior patrocinada pelo Governo e definição do dever de regressar a Macau para trabalhar. Os governos de todo em mundo, com vista à formação e reserva dos talentos, criam este tipo de bolsa de estudo destinada à frequência dos cursos de mestrado. Por exemplo, o *China Scholarship Council* criou uma bolsa de mérito para os estudantes financiados pelo Estado que frequentam cursos de mestrado no exterior, ou seja, para além da propina, inclui ainda as refeições, o alojamento, os custos de transporte, as tarifas telefónicas e o seguro médico, etc. O Governo de Hong Kong também criou o *Hong Kong Scholarship for Excellence Scheme*, para conceder apoio financeiro até 250 000 dólares de Hong Kong aos candidatos qualificados. Sugiro, então, que o Governo da RAEM consulte os métodos adoptados pelos

outros sítios e escolha os quadros locais excelentes, permitindo-lhes frequentar cursos superiores, mas exija que os patrocinados voltem para trabalhar em Macau durante alguns anos, após a conclusão dos seus cursos.

Terceiro, extensão da concessão da bolsa-empréstimo e do plano de pagamento dos juros ao crédito para os estudos aos estudantes que frequentem cursos de mestrado. O actual plano destina-se apenas aos estudantes que frequentem o ano propedêutico e os cursos de licenciatura ou de nível inferior a esta, por isso, muitos jovens acham que as propinas dos cursos de mestrado e doutoramento são muito elevadas e, mesmo que obtenham a bolsa de mérito, ou seja, um valor entre 60 000 e 70 000 patacas, têm ainda de custear do seu bolso uma grande parte das despesas. Por isso, sugiro a extensão da referida bolsa-empréstimo e do referido plano aos estudantes de mestrado, para aliviar os encargos destes e dos pais.

Nos últimos anos, a economia de Macau entrou num período de ajustamento e, com vista a reforçar a própria competitividade, muitos jovens pretendem ingressar em cursos superiores ou aprender mais uma língua estrangeira. Assim, o aperfeiçoamento do sistema de concessão da bolsa de mérito aos estudantes de mestrado deve ser agendado, por ser um trabalho importante para a formação e reserva dos talentos locais. Obrigado.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 20.06.2016

Há que dar atenção ao rumo de desenvolvimento sobre a prevenção da gripe das aves

O Relatório final da consulta pública sobre “substituição do abastecimento de aves de capoeira vivas por aves de capoeira refrigeradas” foi recentemente divulgado, mas os residentes duvidam dos seus resultados. A referida consulta pública contou com o investimento de muitos recursos, pessoais e materiais. Segundo o inquérito final, cerca de 30% dos residentes, incluindo os representantes do sector envolvido, estão contra a medida, mas o Governo procedeu à junção de 2 categorias de opinião, isto é, as opiniões indiferentes e as de concordância, e acabou por concluir que a maioria dos residentes não está contra a medida da substituição do abastecimento de aves de capoeira vivas por aves de capoeira refrigeradas, resultado este que é, de facto, a posição do Governo durante a realização da referida consulta pública. Tal forma de agir carece de imparcialidade. Como está em falta no Relatório uma calendarização, fixada com base nos resultados do referido inquérito, sobre a definição da política, os residentes questionam, assim os efeitos deste inquérito.

Logo no início, o Governo usou a “substituição do abastecimento de aves de capoeira vivas por aves de capoeira refrigeradas” como o “argumento-chave” da consulta pública, só que não deu outra alternativa aos residentes e ao sector. Segundo o relatório, os residentes consomem, principalmente, aves de capoeira vivas abatidas e quase metade dos residentes entende que as aves de capoeira vivas são o essencial motivo da compra dessa carne; os vendilhões dos mercados receiam que se só venderem aves de capoeiras refrigeradas, dificilmente poderão concorrer com os supermercados e isto vai, certamente, afectar o seu rendimento. Pelos vistos, o posicionamento da referida substituição não conseguiu obter o apoio da maioria dos residentes e do sector, e o grau de aceitabilidade dos residentes é mais baixo do que o previsto.

Muitos residentes e operadores do sector esperam que se possa reduzir o contacto entre pessoas e aves, através do abate centralizado em Macau, e que a distribuição de aves, logo após o seu abate, possa preservar a frescura da carne, contribuindo, assim, para assegurar a higiene ambiental, satisfazer as exigências dos residentes em relação ao sabor desta carne e preservar determinadas funções dos vendilhões dos mercados. Actualmente, Taiwan e Singapura também adoptam práticas semelhantes. O membro da Academia Chinesa de Engenharia, Zhong Nanshan, referiu que, em princípio, seria viável efectuar, em Macau, o abate centralizado de aves vivas, desde que se pudesse garantir a sua submissão a inspecção antes da sua exportação para Macau. Considero que não se conseguiu chegar a uma conclusão clara no referido relatório, e que foram

ignoradas as opiniões dos residentes e do sector, assim como a viabilidade do abate centralizado. Como os cidadãos e o sector questionam os resultadas da consulta, solicito ao Governo que preste mais atenção à opinião pública e que contacte, o mais rápido possível, os especialistas da área, para estudar, de forma aprofundada, o modelo de importação futura de aves, e conseguir um equilíbrio entre a higiene pública e os hábitos de alimentação dos residentes.

Segundo o relatório, como os residentes não estão a par dos riscos para a sua saúde da gripe das aves, não conseguem, na sua maioria, votar a favor ou contra as respectivas políticas e medidas, o que demonstra que se deve elevar o grau de conhecimento da população sobre a gripe das aves e o risco de transmissão do vírus por aves vivas. Esta conclusão só reflecte a insuficiência das autoridades nos trabalhos de divulgação e educação, o que afecta directamente a eficácia do trabalho de prevenção da gripe das aves. Assim, concordo com o facto de, em primeiro lugar, o Governo ter de reforçar os respectivos trabalhos de divulgação, para reforçar a consciência da população sobre a prevenção de uma epidemia. Ao mesmo tempo, para atingir o objectivo de “separação entre humanos e aves”, é preciso procurar chegar a um consenso na sociedade e discutir se é adequada a implementação do abate centralizado de aves ou a substituição de aves vivas por congeladas. Mais, o Governo deve discutir com o sector interessado a futura implementação das medidas e, quando chegar o momento oportuno, lançar políticas mais fáceis de aceitar pelos residentes.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 20.06.2016

A principal razão por que a área de habitação se tem deparado, nestes últimos anos, com sérios problemas reside no facto de haver no mercado imobiliário uma estrutura de oferta e procura pouco racional, registando-se até falta de oferta, nomeadamente, em termos de “habitações normais” de média-pequena dimensão e de médio-baixo custo, especialmente quando, após o retorno, o mercado foi inundado de “habitações de luxo” de grandes dimensões.

Na década de 80 do Século XX, o mercado oferecia uma média de 5266 fracções autónomas por ano, passando estas a 8917, a partir da década de 90. Mas com as bruscas transformações a nível económico, social e populacional que se seguiram nos 16 anos após o retorno (2000/2015), apenas foram construídas 32 763 fracções, ou seja, uma média de 2047 por ano. Segundo as dimensões, a área de construção média de 79,22m² passou para 128,73m², de 1992-1999. Importa referir que em 2015 foram construídas 4218 fracções autónomas para habitação, ou seja, 120 por cento mais do que o registado em média entre 2000-2014. Além disso, no que se refere a fracções autónomas para habitação em construção, o seu número atingiu em 2015 as 5265, ou seja, o ano em que se registou o maior número de fracções em construção nos 16 anos que se seguiram ao retorno. Porém, segundo a análise sobre a sua dimensão, as fracções autónomas em construção em 2015 dispunham em média de uma área de 114,29m². Evidentemente, essas fracções de grande dimensão não correspondem às necessidades dos residentes em geral.

Olhando para as transacções referentes às habitações privadas, no primeiro trimestre de 2016, registou-se um aumento anual de 17% e com predominância no mercado das transacções de imóveis com preço entre 4 e 6 milhões de patacas. Mais, outros dados demonstram que a área média útil das habitações transaccionadas no primeiro trimestre deste ano foi de 65m². Perante os elevados preços das casas, a procura abrange principalmente as fracções de tipologias pequena e média, no entanto, a oferta é relativamente baixa, isto é, a procura e a oferta divergem. Para além da falta de um aproveitamento pleno dos limitados recursos de solos, a irrazoabilidade estrutural da oferta de casas também resulta na elevação do preço em geral no mercado imobiliário, agravando assim os custos e encargos de quem adquire imóveis para uso próprio. Assim, é difícil aliviar os problemas na procura de casa por parte das famílias e residentes comuns.

Não se deve ignorar a procura forçosa de habitação, bem como de melhoria, por parte dos residentes, nomeadamente, a falta de confiança da classe média e dos jovens na aquisição de casa. Apesar das promessas do Governo referentes à oferta de habitações públicas, tais como, a construção de 4600 fracções a curto e médio prazo e, a longo prazo, de 28 000 habitações públicas na zona A dos novos aterros, a respectiva conclusão precisa de algum tempo, e a proporção da habitação social e económica continua sem conclusão definitiva, portanto, é difícil dar resposta, num curto prazo, às necessidades habitacionais dos residentes. Por isso, ao nível estrutural da oferta de habitações, a construção de fracções habitacionais de tipologias pequena e média é muito importante e urgente. Solicito, pois, ao Governo que melhore, quanto antes, a estrutura da oferta no âmbito da construção de habitações e que foque o desenvolvimento nas fracções habitacionais comuns de preços médios e baixos, e de tipologias pequena e média, por forma a satisfazer as necessidades de aquisição de casa para uso próprio dos indivíduos com rendimentos médios e baixos ou das famílias comuns, e que melhore também a estrutura da oferta de casas, para orientar, de forma razoável, o consumo na vertente habitacional, promovendo, pragmaticamente, o desenvolvimento saudável e estável do mercado imobiliário.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 20.06.2016

Recordo-me de que, quando a lei antitabagismo estava em apreciação na Assembleia Legislativa (AL) há 6 anos, eu reiterei que a proibição total de fumo no interior dos casinos devia ser posta em prática, aproveitando o período de aumento da indústria do jogo. Assim, não só teria sido evitado o pânico irracional que a aplicação desta medida pode causar numa fase de recessão, como também o antitabagismo poderia ter sido utilizado como trunfo para premiar os casinos exemplares.

Passados uns anos, nas salas de jogo de massas é finalmente proibido o fumo, mas nas salas VIP ainda não. Agora a indústria está a atravessar uma fase de declínio e a medida de proibição total de fumo despoletou, realmente, um pânico irracional.

O facto é que a contracção nas salas de jogo de massas, onde já é proibido fumar, é de longe menos grave do que a queda nas salas VIP, onde ainda não é vedado o fumo e é, na verdade, o epicentro da recessão. Apesar disso, não existe lógica numa situação de pânico irracional!

Seja como for, a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem reiterado que, de acordo com evidências científicas, mesmo os sistemas mais eficazes de ventilação e filtragem não são capazes de eliminar por completo, e de forma instantânea, as partículas poluentes produzidas pelo fumar. Além disso, nenhuma sala de fumadores é capaz de impedir a fuga desses poluentes. Se as salas de fumadores estão instaladas no interior, a evasão dos poluentes causa, inevitavelmente, consequências negativas. Mesmo com ventilação e filtragem de alta potência, é sempre necessário alguém trabalhar nas salas de fumadores, nomeadamente, os responsáveis pela limpeza destas salas e dos seus sistemas de ventilação. Assim, eles são expostos ao fumo passivo com uma altíssima concentração.

No aeroporto, os passageiros não podem sair livremente para ir lá fora fumar, ao passo que os clientes dos casinos, que abrangem também as salas VIP, podem deslocar-se, a todo o tempo, a um lugar ao ar livre.

De facto, na visão subjectiva geral, não é boa a situação em que se fuma nas salas de fumadores, porque nestes recintos são misturados os fumos de diferentes fumadores.

Face ao nível de desenvolvimento do sector do jogo, mesmo que haja necessidade de facilitar a vida aos clientes das salas VIP que têm o hábito de fumar, não é necessário pensar, sob uma visão estreita, na solução da criação de

salas de fumadores. Tendo em conta o nível de desenvolvimento do referido sector, os casinos que investiram muito têm boas condições para criarem zonas de fumadores nos terraços, varandas, plataformas, entre outros lugares ao ar livre. Basta pensar seriamente se é possível facultar aos clientes fumadores corredores de fácil acesso a essas zonas e recorrer a um embelezamento para transformá-las em zonas com boa vista e peculiares, e, até, se podem ser transformadas em pontos atractivos, para efeitos de promoção.

Fumar ao ar livre não exige a instalação de sistemas complexos de ventilação e purificação, bastando limpar as pontas dos cigarros. Nem sequer é necessário aplicar o processo de eliminação de substâncias nocivas. Isto não perturba os demais clientes e os trabalhadores, e está em conformidade com as convenções e orientações internacionais. Quanto ao desenvolvimento do sector do jogo da RAEM, deve-se dar mais peso ao desenvolvimento das próprias vantagens, e assumir a dianteira na competição internacional, e não ter uma visão limitada, insistindo em ficar preso à solução da criação da sala de fumadores.

IAOD do Deputado Au Kam San em 20.06.2016

Governar nos termos da lei, divulgar o uso do erário público de acordo com o Direito de Associação

Recentemente, a Fundação Macau (FM) concedeu um financiamento de 100 milhões de *yuans* à Universidade de Jinan, o que despertou forte preocupação na sociedade. Porque é que a FM tem tanto dinheiro? Como são gastos os milhares de milhões de patacas que a FM recebe todos os anos? Como são gastas as dezenas, até mais de uma centena, de milhões de patacas do erário público pelas grandes associações, universidades privadas e hospitais privados, beneficiárias do financiamento da FM? Haverá fiscalização suficiente? São estas as dúvidas que pairam na cabeça de muitos cidadãos.

Pouco após o retorno de Macau à Pátria, foi feita a transferência para a FM de 1,6 por cento das receitas brutas do jogo, que eram pilhados pela Fundação Oriente. Só que era muito diferente nos anos 80 e 90, quando as receitas brutas somavam uns 10 ou 20 mil milhões por ano, e agora é uma questão de 200 a 300 mil milhões, cujos 1,6 por cento já não se comparam. Tomando 2014 como exemplo, as receitas brutas foram mais de 300 mil milhões e a percentagem de 1,6 representa 5 mil milhões de patacas para a FM. Em 2015, mesmo com a queda das receitas para 200 mil milhões, a FM recebeu facilmente mais de 3 mil milhões. Trata-se do erário público, livre de qualquer fiscalização, dependendo apenas de um Conselho de Curadores cujo presidente é o Chefe do Executivo.

Composto por 20 membros, este Conselho de Curadores conta com representantes de todas as grandes associações da “Liga da Governação”. Com o aumento exponencial da indústria do jogo nos últimos anos, vendo que a FM ficou com dinheiro a transbordar e tendo as costas quentes, as associações e universidades onde acumulam funções os membros desse conselho não pararam de receber todos os anos, gananciosamente, várias dezenas, até centenas, de milhões de patacas. A FM, alimentada com o erário público, tornou-se um clube VIP dos titulares de altos cargos políticos e magnatas da alta-roda e das grandes associações. O mais absurdo é que, como as associações beneficiárias de financiamento em montante elevado são todas amiguinhas, não se faz nem se consegue fazer a fiscalização do uso deste erário público. Não se sabe se existe corrupção ou fraude no uso deste dinheiro por parte dos responsáveis destas associações, universidades privadas e hospitais privados beneficiários. Mas é quase certo que não são casos de fazer bom uso dos recursos.

Nunca deixei de fiscalizar a utilização de recursos pela FM, só que nada posso fazer quando a Fundação se recusa a ser fiscalizada. Há uma universidade privada que tira anualmente da Fundação Macau, a pretexto do desenvolvimento

de tecnologias e a título de financiamento, centenas de milhões de patacas. Face a isto, pedi para saber como é que a FM fiscalizava o fluxo dos seus recursos, só que obtive uma resposta burocrática. Mais tarde, usei as competências de deputado e enviei um requerimento à Fundação para obter informações, no qual pedi que me facultasse o requerimento das referidas centenas de milhões de patacas por parte daquela universidade, e as contas finais. Teoricamente, a partir do requerimento é possível encontrar as listas que a universidade apresentou, a quantidade de recursos que pediu, e o que fez em relação aos recursos. Mais, é possível encontrar uma explicação para o seguinte: porque é que necessitou de tanto dinheiro? Na conta final, seria ainda possível constatar, de forma genérica, os *itens* onde gastou mais dinheiro. Mas a FM explicou-me que os documentos pertenciam à referida universidade privada, por isso, não mos podia facultar, e sugeriu-me que eu próprio enviasse um requerimento à universidade. Esses documentos são necessários para aquela universidade conseguir obter, a título de financiamento, junto da FM, centenas de milhões de patacas, portanto, têm a ver com a utilização de uma grande quantia do erário público. Porque é que estes documentos são considerados particulares? Além disso, a Fundação ignorou as minhas competências de deputado, tendo-me recusado facultar os referidos documentos. Como seria possível, então, somente com a qualidade de deputado, obter junto de uma universidade os referidos documentos particulares? Isto demonstra claramente que a FM está a encobrir a universidade. Não passa de um jogo sem escrúpulos, para deixar que essa universidade continue, abusivamente, a tirar e a utilizar recursos, para não falar da fiscalização a grandes associações e alianças próximas do Poder, que tiram, anualmente, muitos milhões de patacas.

O n.º 1 do artigo 19.º (Publicação das contas) da Lei n.º 2/99/M, que regula o Direito de Associação, consagra: “*As associações que beneficiem de subsídios ou de quaisquer outros contributos de natureza financeira de entidades públicas, em montante superior ao valor fixado pelo Governador, publicam anualmente as suas contas no mês seguinte àquele em que elas forem aprovadas*”, mas, desde Edmund Ho até Fernando Chui Sai On, nunca deixaram de trapacear, uma vez que não foram publicados estes montantes e, consequentemente, as despesas das grandes associações que tiram grande quantidade de erário público continuam a estar fechadas “numa caixa escura”. Os dirigentes não vão fiscalizar, nem os cidadãos têm meios para fiscalizar.

Quando é que o Governo da RAEM e o Sr. Fernando Chui Sai On podem alcançar verdadeiramente a meta de governar de acordo com a lei? Quando é que vão ser publicadas as contas, em cumprimento do artigo 19.º da referida Lei? Isto ia contribuir para que as grandes associações, universidades e hospitais utilizassem o erário público “à luz do sol”.

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

É notório e do domínio público que desde o estabelecimento da RAEM que a moral da maioria dos trabalhadores tem baixado e não é difícil compreender as razões desta contínua decadência.

Basta abordar um simples funcionário para conhecer o mau clima de trabalho que prolifera num elevado número de serviços públicos. Este desagradável clima de trabalho afecta também alguns dirigentes e chefias que estão desiludidos da maneira como estão a ser geridos os serviços públicos.

O mérito e a competência deixaram há muito tempo de ser requisitos para classificar o desempenho dos trabalhadores. A antiguidade, o mérito, a experiência profissional e a competência foram quase todas substituídas pelas relações familiares e de amizade pessoal.

Disto começaram a surgir com alguma regularidade casos de abusos de poder nomeadamente condutas abusivas de alguns superiores hierárquicos que com gestos, palavras, comportamentos e atitudes que quando repetitivas ou sistematizadas contra a dignidade ou integridade psíquica ou física do trabalhador. Muitas vezes são frequentemente ameaçados com a não renovação do contrato de trabalho ou instauração de processos disciplinares.

Muitas destas condutas são expressas por via de ataques verbais ou físicos, outros mais subtils e dissimulados e não declarados abertamente, mas capazes de causar sérios danos psicológicos às vítimas, razões do actual aumento de números de funcionários sob observação médico-psicológica.

Os ataques aos funcionários públicos podem traduzir-se na deterioração propositada das condições de trabalho tais como o não transmitir informações úteis para a realização de tarefas, contestar sistematicamente as suas opiniões e decisões, criticar seu trabalho de forma injusta ou exagerada, privar o acesso aos instrumentos de trabalho (telefone, fax, computador, etc.,) retirar o trabalho que normalmente lhe compete, atribuir propositadamente e sistematicamente tarefas inferiores às suas competências, pressionar quer por via directa ou interposta pessoa para não reivindicar seus direitos tais como as férias, horários. Dar deliberadamente instruções impossíveis de executar, induzir a vítima ao erro, atribuir tarefas degradantes. Outras formas de abuso de poder passa por proibir os colegas de lhe falar com a vítima, comunicar-se unicamente por escrito com a vítima, colocá-la em lugar separado dos outros e não lhe permitir falar com ninguém, ignorando sua presença e dirigindo-se apenas aos outros colegas.

Existem situações em que os superiores hierárquicos criticam a sua vida privada e espalham rumores a seu respeito, fazendo troca de suas deficiências físicas ou de seu aspecto físico quer por imitação ou caricaturada e muitas vezes falando aos gritos e palavrões. É comum que estes sofrimentos só acabam com o afastamento da vítima ou com sua desestabilização psicológica seja obrigado ao internamento hospitalar.

Estes abusos não se resolvem no futuro com uma apelidada “comissão independente” cujos membros escolhidos pelo Governo são estranhos à função pública. Estes membros terão enormes dificuldades de perceber o funcionamento interno dos serviços públicos face à complexidade do sistema organização interna, o domínio da legislação vigente e serão sempre tendenciosos por carecerem de legitimidade representativa.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 17 de Junho de 2016.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 20.06.2016

Saída do 1.º Cartório Notarial das instalações do Edifício da Santa Casa da Misericórdia

Desde longa data, tenho utilizado várias formas para criticar o Governo em relação ao arrendamento de espaços privados para as instalações dos serviços públicos, despendendo desse modo um valor avultado do erário público. Estes serviços públicos que estão arrendar as instalações privadas são, nomeadamente, o Ministério Público e para o Tribunal Judicial de Base, e, com o crescimento constante da estrutura do Governo, as despesas com a locação de bens estão constantemente a aumentar. No ano passado, essas despesas atingiram os mil e cem milhões de patacas, e isso deve-se ao facto de o Governo não dispor de um planeamento urbanístico, pois desde sempre não reservou terrenos suficientes para a construção de edifícios para os serviços que presta, pelo que muitas instalações, nomeadamente instalações desportivas, são arrendadas em edifícios comerciais ou estão em funcionamento em escolas. A longo prazo, isso afecta a imagem do próprio Governo e a dignidade dos trabalhadores da Função Pública.

Recentemente, sem ter efectuado nenhuma consulta pública, o Governo decidiu mudar as instalações do 1.º Cartório Notarial, saindo das actuais instalações do edifício da Santa Casa da Misericórdia no final do presente ano, e isso levou a muitas discussões no seio da sociedade. Temos de salientar que a Santa Casa da Misericórdia é uma instituição de caridade muito antiga e, de acordo com a História, foi criada em 1569, pelo que já está a prestar esse tipo de serviços em Macau há mais de 447 anos, significando isto que já existia antes de haver um Governo em Macau. O 1.º Cartório Notarial foi criado em 1962 e já nessa data essas instalações estavam confinadas ao edifício da Santa Casa da Misericórdia, que já disponibiliza estes serviços aos residentes neste local há mais de meio século. Com vista a apoiar as classes mais carenciadas de Macau, durante a vigência do contrato de arrendamento de 2015 e 2016, o Governo, por iniciativa própria, pagou 1,2 milhões de patacas de renda mensal à Santa Casa da Misericórdia.

Apesar de haver vozes na sociedade a apontarem que a renda é alta, não nos podemos esquecer de que a Santa Casa da Misericórdia de Macau é uma instituição sem fins lucrativos e um dos pilares importantes para as camadas mais vulneráveis, pois, ao longo de mais de 400 anos, as suas receitas têm vindo a ser usadas nos serviços sociais, tais como: educação, cuidados de saúde e aos idosos, creches, carinho aos deficientes, nomeadamente, os cegos, etc. Por isso, o Governo paga renda à Santa Casa, situação diferente da do pagamento pelo Governo de rendas elevadas a órgãos privados. Mais, a Santa Casa tem várias instituições dependentes: lares de idosos, creches e instituições de caridade, tendo cerca de 150 trabalhadores, e, apesar de as despesas registadas no ano

passado terem atingido 48 milhões de patacas, recebeu só o apoio financeiro de 15 milhões de patacas, o que demonstra que a pressão do seu funcionamento está cada vez maior.

O Governo, por um lado, disse que o Centro de Serviços da RAEM na zona Norte tem espaço suficiente para receber mais serviços públicos, por outro, pagou a entidades privadas rendas elevadas num valor que atinge os 1100 milhões de patacas. O Governo não mudou os serviços públicos para o referido Centro, mas, antes, exige primeiro a mudança para lá da Santa Casa da Misericórdia, uma instituição sem fins lucrativos e com uma longa história, e isto levanta dúvidas quanto às razões e aos critérios que o Governo adoptou para esta decisão. O Governo tomou uma decisão com baixa transparência, à porta fechada e sem qualquer plano, auscultação ou esclarecimento, o que surpreendeu toda a população de Macau. Critico fortemente a actuação do Governo, solicitando que este dê, quanto antes, o esclarecimento necessário e não altere a situação actual.

IAOD do Deputado Chan Iek Lap em 20.06.2016

Sr. Presidente,
Caros Colegas:

Olá a todos!

Nestes últimos anos, a criação de empresas pelos jovens tem sido um tema quente na sociedade, e creio que, quando há encontros entre jovens, estes discutem sempre o referido tema. De facto, a promoção da criação de empresas pelos jovens não só é um modelo que impulsiona a respectiva mobilidade ascendente, como também é um dos métodos que promovem a diversificação adequada da nossa economia, portanto, o apoio aos jovens empreendedores é absolutamente merecedor.

Com vista a apoiar os jovens empreendedores, o Governo da RAEM implementou o Plano de Apoio a Jovens Empreendedores, destinado a dar apoio financeiro aos jovens que têm interesse em criar uma empresa, e até criou o Centro de Incubação de Negócios para facilitar-lhes os negócios. Ao mesmo tempo, as associações cívicas empenham-se na promoção da criação das empresas dos jovens, por exemplo, criando mais espaços e canais em diferentes zonas para o desenvolvimento dos negócios dos jovens empreendedores.

O Governo e a comunidade têm-se empenhado em proporcionar boas condições para os jovens empreendedores, mas, como todos nós sabemos, isto não é nada fácil, porque envolve muitas condições que afectam o sucesso do empreendimento, pois, para além de um perfeito plano de desenvolvimento, de recursos financeiros e conhecimentos profissionais, exige vários factores, como sentido perspicaz em relação ao mercado e técnicas hábeis de relações públicas, e estes factores não são fáceis de adquirir através de formação, exigindo experiências adquiridas com o passar do tempo.

Os jovens empreendedores têm de ter certas qualidades psicológicas, para enfrentarem o sucesso ou o fracasso do empreendimento, e o mais importante, para conseguirem, ou não, resistir a eventuais factores instáveis que possam surgir durante o empreendimento.

Tanto o Governo como a comunidade têm de procurar encontrar métodos para promover o desenvolvimento dos jovens empreendedores, assim, o Governo deve acompanhar a situação geral dos mesmos e apoiá-los, e fornecer-lhes formação em tempo oportuno. No futuro, o Governo deve, em conjunto com as associações comunitárias, proceder à avaliação geral dos resultados dos empreendimentos, e rever as políticas e medidas de apoio aos jovens empreendedores, elaborando uma estatística dos casos de sucesso, e analisar, de forma científica, as razões de sucesso e fracasso, por forma a elevar os resultados dos jovens empreendedores e a incentivá-los.